



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1 ---- **ATA N.º 24/2022** – Reunião ordinária da Câmara Municipal de Gouveia,
2 realizada no dia vinte e seis de dezembro de dois mil e vinte e dois.

3 ---- Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois,
4 nesta cidade de Gouveia, edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, pelas dez
5 horas, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Gouveia, com o objetivo de dar
6 cumprimento à respetiva Ordem do Dia.

7 **I - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

8 **1.** Aprovação da Ata n.º 23/2022

9 **2.** Informações do Senhor Vice Presidente e Intervenções dos Senhores
10 Vereadores

11 **2.1** Relatório e Contas do 1.º semestre da APdSE – Para conhecimento do
12 executivo

13 **3.** Expediente

14 **II - PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

15 **4. DELIBERAÇÕES**

16 **4.1** Discussão e votação da Proposta de 6.ª Alteração ao Orçamento e Grandes Opções
17 do Plano da Câmara Municipal de Gouveia para o ano de 2022

18 **4.2** Discussão e votação da Proposta de Aprovação de Empréstimo de Médio e Longo
19 Prazo da APdSE - Águas Públicas da Serra da Estrela

20 **4.3** Discussão e votação da Proposta de Cobertura do Resultado Líquido Negativo da
21 APdSE

22 **4.4** Ratificação do Despacho de Abertura do Concurso Público para aquisição de
23 gasóleo rodoviário para o Reservatório Municipal até 150.000 litros ou até que seja
24 atingido o valor contratual envolvendo os anos de 2023 e 2024

25 **4.5** Discussão e votação da Proposta de Isenção total do pagamento de taxas relativas
26 ao Mercado Municipal até 30 de junho de 2023

27 **4.6** Discussão e votação da Proposta de atribuição de subsídio às coletividades
28 presentes no Cantar das Janeiras 2023



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

29 **4.7** Ratificação do ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara de revogação por
30 acordo do contrato de empreitada *“Intervenção de Valorização, animação e*
31 *divulgação da rede ambiental – Requalificação do Centro de Educação Ambiental nos*
32 *Viveiros”*

33 **5. RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA**

34 **III. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”**

35 - - - - Encontravam-se presentes os Excelentíssimos(as) Senhores(as) Jorge Abrantes
36 Cardoso Ferreira (PPD/PSD), Vice Presidente, Ana Paula Casegas Pardal Duarte Freitas
37 (PS), Maria da Conceição Castro Salvador (PS), Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins
38 (PPD/PSD), Ana Isabel Sousa dos Santos Figueiredo (PS), José Nuno Ribeiro Saraiva
39 Silva Santos (PPD/PSD), Vereadores, comigo Ana Isabel Vieira Pires, Assistente Técnica,
40 designada para secretariar as reuniões do órgão executivo.

41 - - - - Na sequência do pedido formulado pelo Senhor Vereador João Daniel Mosa
42 Caetano (PS), o qual, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do art.º 78.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11
43 de janeiro, comunicou a sua ausência à presente reunião de Câmara, solicitando a sua
44 substituição, ao abrigo do art.º 79.º do citado diploma legal, foi convocada para
45 exercer as funções de Vereadora, em regime de substituição, Ana Isabel Sousa dos
46 Santos Figueiredo (PS), cidadã da Lista do Partido Socialista à Câmara Municipal.

47 - - - - **JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS:-** Delibera a Câmara, por unanimidade, considerar
48 justificadas as faltas dadas pelo Senhor Presidente, Luís Manuel Tadeu Marques, o qual
49 se encontrava a acompanhar a visita do Senhor Presidente da República e que,
50 naquele momento, se encontrava no concelho de Manteigas e, posteriormente, se
51 dirigirá para o concelho de Gouveia, bem como a falta dada pelo Senhor Vereador João
52 Daniel Mosa Caetano (PS) que, por motivos profissionais, não pode estar presente.

53 - - - - Verificando-se que a Câmara estava reunida em número legal suficiente para
54 deliberar, pelo Senhor Vice Presidente foi declarada aberta a reunião.

55 **I - PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”**

56 - - - - **1. APROVAÇÃO DE ATA:-** Tendo-se procedido à leitura da ata n.º 23/2022, da
57 reunião de Câmara de 12 de dezembro, foi a mesma aprovada pela maioria dos



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

58 Vereadores presentes.

59 A Senhora Vereadora Ana Figueiredo porque não esteve presente na respetiva
60 reunião, não participou na discussão e votação da Ata, como determina o n.º 3 do art.º
61 34.º do CPA.

62 2. INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE PRESIDENTE E INTERVENÇÕES DOS SENHORES

63 VEREADORES

64 2.1) INFORMAÇÕES DO SENHOR VICE PRESIDENTE

65 - - - - 2.1.1) APdSE - ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA:- O Senhor Vice
66 Presidente deu conhecimento ao executivo do documento relativo ao Relatório e
67 Contas do 1.º semestre da APdSE do ano de 2022, que se anexa à presente Ata e dela
68 fica a fazer parte integrante.

69 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas, dizendo que não foi possível, por
70 questões profissionais, analisar o referido relatório, pelo que fará as considerações
71 mais tarde após posterior análise do mesmo.

72 Interveio a Senhora Vereador Conceição Salvador para dizer que gostaria de colocar
73 algumas questões. Na página 31 é apresentado o balanço a 30 de junho de 22 e a
74 respetiva comparação com o balanço a 30 de junho do ano anterior e verificamos que
75 no passivo corrente, a rubrica “financiamentos obtidos” apresenta 700 mil euros
76 contra 250 mil que existiam em 2021, a questão que coloca, até porque temos que
77 deliberar num ponto da ordem de trabalhos a contratação de um empréstimo da
78 APdSE é se o empréstimo obtido entre 30 de junho de 2021 e 30 de junho de 2022
79 devia vir ou não a reunião de câmara tal como este que aqui vem hoje. Gostaria
80 também de perceber se a “outras variações de capital próprio” com dois milhões
81 quatrocentos e noventa e cinco mil duzentos e sessenta euros tem já a ver com valores
82 recebido das candidaturas ou se terá eventualmente a ver com a variação ou com uma
83 nova valorização do imobilizado que foi entregue pelas três autarquias à Apdse.

84 Gostava também de perceber, isto no ativo corrente, em “outras contas a receber”, a
85 que dizem respeito estes 3.290.513,91 euros valor bastante elevado, e em “clientes”
86 1.373.153 euros.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

87 Por fim, no outro quadro da página 32, na demonstração de resultados temos no
88 resultado operacional antes dos gastos de financiamento e impostos “juros e
89 rendimentos similares obtidos” no valor de 3.640.03 euros enquanto que em “juros e
90 gastos similares suportados” temos 274.68 euros, isto é, temos empréstimos em junho
91 de 2022 no valor de 700 mil euros e de juros desse empréstimo, penso eu, 274,68
92 euros, enquanto que obtivemos juros e rendimentos similares de 3.640 euros. Será
93 que a empresa está financeiramente com saldos disponíveis para aplicar e que lhe
94 tenham rendido estes juros? E dos empréstimos obtidos por outro lado só pagou os
95 274 euros de juros e gastos similares suportados? Gostava de ter essa explicação.

96 Neste ponto da ordem de trabalhos interveio em representação da APdSE e
97 devidamente autorizado pelo Senhor Vice-Presidente, o Dr. Luís Miguel Mendes para
98 prestar os devidos esclarecimentos.

99 No uso da palavra disse que o valor referido na página 31 e 32 no balanço e
100 demonstração de resultados, em 30 de junho de 2022 “outras contas a receber” no
101 valor 3.290.513,91 euros grande parte desse valor diz respeito ao financiamento do
102 POSEUR, 3 milhões cento e noventa e nove mil euros.

103 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se na rubrica
104 “clientes”, o valor de 1 milhão 373 mil, são dívidas dos clientes da APdSE que estão por
105 cobrar mas que estão dentro dos prazos normais.

106 Interveio novamente o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes para dizer que grande parte
107 desse valor é dos municípios e nós fazemos encontro de contas, fazemos pagamentos
108 aos municípios definidos nos protocolos e outro valor é dos clientes normais que são
109 cerca de seiscentos e tal mil euros que corresponde a pouco mais de um mês de
110 faturação.

111 No “capital próprio” em “outras variações de capital próprio” temos 2.495.260 euros,
112 deste valor cerca de 2 milhões terá que também ser analisado em conjunto com o
113 passivo de impostos diferidos, cerca de 725 mil euros também. Isto foi reconhecido
114 apenas no final do ano de 2021, por essa razão é que ainda não aparecia a 30 de junho
115 de 2020, reconhecemos os 3 milhões 199 mil euros dos fundos comunitários do



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

116 POSEUR que iríamos receber. No ativo esta nas “outras contas a receber”, do lado do
117 passivo uma parte está no capital próprio e outra parte no passivo por impostos
118 diferidos, isto quando nós formos concluindo as obras vamos amortizando anualmente
119 este montante. Porque não pode ser considerado logo uma receita do ano em que
120 recebemos os fundos comunitários, dado que, vamos anualmente ao longo de 20 anos
121 afetando os proveitos dessa situação.

122 Em termos de passivo corrente temos 700 mil euros em financiamentos obtidos em
123 junho de 2022 que é a linha de curto prazo que tínhamos e diz respeito ao empréstimo
124 contratado em final 2020.

125 Usou da palavra a Senhor Vereadora Conceição Salvador para dizer que o valor sobe
126 de 250 mil para 700 mil? Esta linha de curto prazo funciona como uma conta corrente?
127 Interveio novamente o Dr. Luís Miguel Mendes, dizendo que sim, funciona como uma
128 conta corrente, vamos amortizando e utilizando mediante as necessidades.

129 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que gostaria de
130 saber o seguinte: na contratação dessa conta corrente não carecia de aprovação por
131 parte dos municípios, não apenas da assembleia geral da APdSE? Não teria que vir à
132 reunião de Câmara?

133 Usou novamente da palavra o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes, dizendo que não, não
134 necessitava, dado que é apenas uma conta corrente, não está sujeita a esse escrutínio.
135 Mesmo a questão do empréstimo de médio e longo prazo, quer o ROC quer o próprio
136 banco não necessitam da autorização dos Municípios. Porque tendo em conta que
137 fazem parte do plano de investimento da empresa não necessitam. Nós é que
138 reforçamos essa necessidade em solicitar aos municípios essa autorização. Mas não
139 era necessário. Nós é que por uma questão de transparência é que solicitámos essa
140 autorização, mas não é impeditivo. Se houvesse algum Município que não autorizasse
141 a empresa ia simplesmente parar e todos os estudos económicos previam que a
142 empresa se financiasse a médio e longo prazo, se a empresa não se financiar não faria
143 o mínimo sentido como é que iríamos funcionar, como é que cumpria a execução dos
144 investimentos previstos. Voltando também à questão da própria proposta que esta



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

145 para reunião de Câmara das obras do POSEUR, como é que a empresa se iria financiar
146 para poder executá-las, porque a empresa não tem recursos próprios dado a
147 actividade que tem que tem, ainda é deficitária como podem ver por isso não
148 consegue libertar meios para fazer investimento e como tal se não recorrer á banca
149 não tem capital para fazer investimentos.

150 No que diz respeito à página 32 “demonstração de resultados” temos juros e
151 rendimentos similares obtidos de 3 mil 640 euros e nos juros e gastos similares
152 suportados o valor de 274 euros. Este último diz respeito aos juros até 30 de junho da
153 conta corrente, dado que a utilização dela não era muito expressiva no primeiro
154 semestre em que as taxas de juro eram realmente baixas. No que diz respeito ao
155 primeiro ponto dos juros e rendimentos similares obtidos diz respeito aos juros que
156 cobramos por atrasos nos pagamentos, tendo em conta a taxa que é legal e também
157 processos de injunção de clientes que não pagaram em 2021 e fomos obrigados a
158 colocar o processo, caso contrário a dívida prescrevia e obviamente que já começa a
159 ter impacto, no primeiro ano era pouco, mas agora já tem mais impacto.

160 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, solicitando esclarecimento sobre a
161 rubrica “custo de mercadorias vendidas e das matérias consumidas” e “fornecimentos
162 e serviços externos” qual é a diferença das duas. Onde é que aqui temos a compra da
163 água a entidades exteriores e o que é que distingue estas duas rubricas.

164 Respondeu o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes, dizendo que é a conta 61 a conta “custo
165 das mercadorias vendidas e matérias consumidas” onde se regista a aquisição de água,
166 grande parte à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, estamos a falar do primeiro semestre o
167 qual aumento do ano passado para este ano, devido à seca que se fez sentir levou ao
168 aumento do consumo desta mercadoria. Na conta 62 “fornecimentos e serviços
169 externos” a maior parte do valor resulta do pagamento à AVT mas a maior parte é do
170 pagamento das Etars, Etar de Gouveia, Etar de Seia, Etar de Oliveira do Hospital, uma
171 das muitas etars que temos que pagar pelo tratamento de efluentes. Curiosamente o
172 valor baixou porque com menos chuva também houve menos infiltrações, reduzindo
173 assim os seus custos.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

174 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se esses
175 serviços são contratualizados, uma vez que a empresa não tem capacidade para fazer
176 esse tipo de tratamento, é isso que acontece?

177 Interveio o Senhor Dr Luís Miguel Mendes para dizer que não, isso já advém dos
178 acordos celebrados pelos municípios, e a APdSE, temos que cumprir o que foi
179 celebrado pelos municípios, quer com a Águas do Zêzere e Côa inicialmente, os
180 municípios de Gouveia, Oliveira e Seia que já tinham Etars feitas com esta entidade e
181 que mais tarde se transformou em AVT, Águas Vale do Tejo.

182 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se relativamente a
183 “vendas e serviços prestados” com um aumento de cerca de 800 mil euros isto
184 significa que há mais consumidores ou tem a ver com a subida do preço da água de um
185 ano para o outro.

186 Usou da palavra o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes para, respondendo à Senhora
187 Vereadora dizer que não, não tem. A explicação é que nós no ano passado não fizemos
188 uma especialização do exercício. Nós este ano fizemos um fecho de contas intermédio
189 que é como se estivéssemos a fazer um fecho de contas final, levámos mesmo ao
190 extremo a especialização do exercício. Tivemos em conta os custos que efetivamente
191 foram feitos até junho e também tivemos em conta os proveitos, grande parte desse
192 valor resulta que nós em junho ainda considerámos aquilo que faturámos em julho, no
193 ano passado não fizemos esse trabalho. Estamos a tentar melhorar, estamos no início
194 da empresa e no ano passado não foi feito esse trabalho. Porque independentemente
195 do aumento, o aumento não foi significativo, o aumento está cá, é residual, porque
196 independentemente da convergência no caso de Gouveia vem sempre esta rubrica à
197 mesma, aquilo que é assumido pelo Município, virá sempre a esta rubrica.

198 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que então a diferença do
199 tarifário de convergência vem esta rubrica?

200 Usou da palavra o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes para dizer que vem também esta
201 rubrica, daí a questão do aumento do preço em Gouveia. Não é por causa disso que a
202 empresa deu mais resultados, são fruto das vendas. É a forma do dinheiro ser



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

203 facturado ao Município ou directamente ao consumidor.

204 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que a diferença se justifica
205 com o facto de este ano se ter considerado o consumo de junho independentemente
206 do mês da cobrança.

207 Em relação ao empréstimo gostaria de perguntar, já por antecipação, e uma vez que
208 nesta demonstração das contas, temos um quadro onde constam os vários
209 investimentos e os contratos em execução no primeiro semestre, a razão para se
210 verificarem em alguns projectos diferenças consideráveis entre o preço base dos
211 concursos e os valores contratados.

212 E depois gostaria de perceber se haveria possibilidade de neste mapa constar o valor
213 das candidaturas ao POEUR e a componente nacional. Temos como exemplo, do que
214 tinha referido anteriormente, o projeto de “rede de águas residuais de Torrozel” em
215 que o preço base foi 449 mil euros e o valor contratado foi 334 mil euros, há aqui uma
216 diferença de mais de 100 mil euros entre os dois valores.

217 Usou da palavra o Dr. Luís Miguel Mendes, dizendo que isso que a senhora vereadora
218 refere é o mapa da contratação pública, o preço do contrato que foi feito com o
219 empreiteiro foi efetivamente de 334 euros acrescido de IVA. Os preços base também
220 são sem IVA. Quando abrimos o concurso público foi com esse valor, efetivamente
221 depois os valores que estão na coluna são o valor contratado, é o respeitante aos
222 concorrentes que acabaram por ganhar.

223 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que a sua questão é que
224 há aqui muitos contratos que foram contratados abaixo do preço base, gostaria de
225 saber se estes preços base estão sobreavaliados face aquilo que o mercado está neste
226 momento a oferecer e que se vêm a concretizar através do contrato.

227 Usou da palavra o Senhor Dr Luís Miguel Mendes, dizendo que em relação a isso não
228 lhe consigo responder porque isso é parte da engenharia o valor do preço base é parte
229 de engenharia e que eu não percebo, a parte de engenharia estipula que tem projectos
230 com esse preço base. Abre-se o concurso com esse valor de preço base e obviamente
231 tem que vir um valor abaixo porque caso viesse um valor acima do preço base nós não



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

232 iríamos adjudicar. Não podendo responder a mais nada no que concerne a este
233 assunto.

234 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que então o valor
235 do empréstimo de 1.900.000 euros vai ser canalizado para a compartipação a 100% da
236 componente nacional dos referidos projetos.

237 Interveio o Senhor Vice Presidente para esclarecer que, em relação a este ponto, do
238 pessoal do Município que transitou para a empresa havia a diferença de uma pessoa
239 que na altura não era funcionária do Município, encontrava-se nestes serviços através
240 de um CEI. Foram seis pessoas que transitaram: 2 leitores, 1 administrativo, 1
241 eletricista, 1 engenheiro civil e 1 técnico superior da área da comunicação.

242 - - - - **2.1.2) VISITA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA:** - Comunicou que está
243 previsto no dia de hoje, a visita do Senhor Presidente da República ao quartel dos
244 Bombeiros Voluntários de Folgosinho, sendo esta a passagem pelo nosso Concelho às
245 15 horas. Haverá contacto com a população e visita às áreas afetadas pelos incêndios
246 da Serra da Estrela. Depois daqui seguirá para Linhares.

247 **2.2) INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA ANA FREITAS**

248 - - - - **2.2.1) CASA DO CONCELHO DE GOUVEIA:** - Gostaria de deixar uma nota de
249 parabéns que não ficou registado na devida altura, pelo aniversário da Casa do
250 Concelho de Gouveia, que sendo uma verdadeira embaixada do concelho de Gouveia,
251 celebrou o sexagésimo primeiro aniversário, no passado dia 1 de dezembro, através da
252 sessão solene na qual esteve presente o Ricardo Brandão do CERVAS. É importante
253 registar este momento e deixar os parabéns pelo trabalho desenvolvido ao longo
254 destes anos.

255 Interveio o Senhor Vice Presidente, dizendo que gostaria também aqui de parabenizar
256 esta nossa embaixada. O Município esteve representado no aniversário pelo Senhor
257 Vereador José Nuno Santos.

258 - - - - **2.2.2) APOIO AOS ANIMAIS ERRANTES:** - Na última assembleia municipal foi
259 questionada a situação do programa de apoio aos animais errantes. Numa anterior
260 reunião de câmara havíamos questionado, até havíamos sugerido que isso se fizesse,



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

261 não nos tendo sido esclarecido de qualquer tipo de programa em causa. Pergunto
262 agora em que é que ficamos, pois na assembleia foi dito uma coisa na reunião de
263 câmara foi dito outra. Afinal existe ou não existe um programa que está a ser
264 executado para os animais errantes, nomeadamente no Bairro do Castelo, ou não
265 existe nada e aquilo que foi falado na assembleia, foi eventualmente uma suposição.

266 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente, dizendo que está a ser executado um
267 programa através da adjunta do Senhor Presidente, Eng.ª Dina Cabral.

268 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que nesta questão
269 dos animais errantes, o conhecimento que temos através da Eng.ª Dina Cabral, é que
270 efetivamente estão no início do procedimento. O Dr. Vicente em conjunto com
271 população estão a capturar os animais para fazer a respectiva esterilização, não
272 conseguindo precisar o número de animais que já foram capturados.

273 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas, dizendo que, enquanto
274 vereadores, não foram esclarecidos sobre absolutamente nada. Assim, gostaria de
275 saber onde é que está publicado o regulamento, onde está a informação para os
276 munícipes, como está a ser desenvolvido, qual o procedimento que as pessoas podem
277 adotar para fazer o controlo dos animais e sinalização das colónias. Já falámos aqui no
278 executivo deste assunto.

279 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que estamos agora no início
280 do processo. Temos 69 animais de estimação particulares esterilizados, o qual teve um
281 custo aproximado de cinco mil euros.

282 Estamos a dar início a este processo de esterilização dos animais errantes, estando
283 localizada uma colónia no castelo e outra no outeiro.

284 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas, solicitando informação sobre onde
285 está publicado esse programa, como está a decorrer e como é que se podem sinalizar
286 as várias colónias existentes em Gouveia e quem é o responsável pelas mesmas.

287 Usando novamente da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins informou que
288 quem está responsável por esse programa tal como disse anteriormente é a Eng.ª Dina
289 Cabral juntamente com o nosso veterinário, o Dr. Vicente. Número de animais errantes



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

290 que já estejam esterilizados não temos, podendo no entanto solicitar à Eng.^a Dina
291 Cabral para fazer chegar aos senhores vereadores as respostas às vossas perguntas.

292 Interveio a Senhora Vereadora Ana Freitas, gostaria de saber onde está publicada
293 informação para se poder fazer a sinalização das respectivas colónias, este é um
294 assunto muito importante. É um assunto de saúde pública e implica que haja um
295 responsável pelas colónias e que se possa fazer a sua sinalização. Eu própria conheço
296 várias colónias e encontro várias vezes animais mortos na rua. Essa informação é
297 muito importante para as pessoas saberem para onde podem ligar e sinalizar.

298 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que em relação a
299 este assunto pelo que soube o programa terá certamente a colaboração do Município
300 mas a esterilização é feita penso por uma associação. Com a ajuda de alguém que é
301 voluntário e que faz a ligação com os serviços da câmara. Para a campanha ser bem
302 sucedida deverá ser feita uma divulgação mais alargada através do site do Município
303 com a indicação do contacto o qual permitirá às pessoas proceder à identificação das
304 colónias que conhece. Penso que já houve trabalhos na zona da escola e no Castelo,
305 mas é necessário alargar isto de modo às pessoas terem conhecimento.

306 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente para dizer que há muita sinalização neste
307 momento. A prioridade será dar resposta às que já estão sinalizadas, que já se
308 conhecem e posteriormente partir para essa maior amplitude.

309 Interveio a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que ainda há cerca de um mês
310 referiu em reunião de câmara este assunto, não tendo sido dada, na altura, qualquer
311 tipo de esclarecimento e não se sabia de nada. Fica agora espantada que, um mês
312 depois, já há sinalização de colónias. Assim, gostaria de saber quem é que as está a
313 sinalizar (uma vez que isto inclusivamente é do interesse da população), onde é que as
314 pessoas se podem dirigir para sinalizar ou se isto é só para as colónias que os
315 senhores vereadores conhecem e que os amigos, eventualmente, informam. Porque a
316 população não sabe nada do assunto.

317 O Senhor Vice Presidente respondeu, dizendo que o Município está a tentar dar uma
318 resposta o mais breve possível.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

319 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que, este é
320 um assunto sobre o qual existe legislação, que implica a existência de um responsável
321 pelas colónias e que assuma a responsabilidade pelas mesmas. É um assunto de saúde
322 pública.

323 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos, dizendo que, na sua opinião, o
324 veterinário municipal, enquanto responsável pela saúde pública, é, em primeiro lugar,
325 que determina onde é que necessário realizar esse tipo de intervenções.

326 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente, dizendo que já há muita sinalização neste
327 momento, e é prioridade do Município dar resposta ao que já existe.

328 Interveio a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que já percebeu que este
329 executivo municipal tem dificuldade em dar resposta a tudo o que está sinalizado e
330 que é necessário fazer, sendo já isso um problema recorrente.

331 **2.3) INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA CONCEIÇÃO SALVADOR**

332 - - - - **2.3.1) DOAÇÃO DO LIVRO “VAGÃO J”:** - Numa das anteriores reuniões de câmara
333 a propósito da doação do manuscrito “Vagão J” ficou com a sensação quando foi por
334 nós sugerido um agradecimento público da vereação aos herdeiros do Doutor Mário
335 Gomes Figueira, que o Senhor Presidente terá dito que esse agradecimento formal
336 deveria ser feito quando essa proposta fosse submetida à Assembleia Municipal. Não
337 tendo a proposta ido à Assembleia Municipal gostaria de saber se foi por
338 esquecimento, se não há necessidade e, não havendo necessidade de ir à Assembleia
339 Municipal então que seja feito o agradecimento formal em nome da câmara á família
340 pela sua honrosa doação ao concelho e contribuição para o aumento do espólio de
341 originais da Biblioteca Municipal Vergílio Ferreira.

342 Interveio o Senhor Vice Presidente para dizer que a informação que teve em relação a
343 este assunto foi que eventualmente não haveria necessidade de levar uma proposta à
344 Assembleia Municipal. Fizemos questão que fosse feita uma referência a essa doação.
345 De imediato após a Assembleia Municipal contactei a Senhora Diretora da Biblioteca
346 Municipal Vergílio Ferreira para formalizarmos este agradecimento à família. É isso que
347 está a ser preparado e estará para breve esse envio.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

348 **2.4) INTERVENÇÃO DA SENHORA VEREADORA ANA FIGUEIREDO**
349 - - - - **2.4.1) HASTA PÚBLICA DA LOJA NÚMERO 8 DO MERCADO MUNICIPAL:** - Usou
350 da palavra para perguntar qual o ponto de situação da loja número oito do mercado
351 municipal, uma vez que na última assembleia municipal o Senhor que interveio e
352 mostrou-se muito indignado, pelo que gostaria de saber qual o ponto de situação.
353 Interveio o Senhor Vice Presidente para dizer que, aquando da realização da sessão da
354 Assembleia Municipal, o Senhor Vereador José Nuno Santos estava preparado para dar
355 resposta ao munícipe presente, indo agora dar essa explicação.
356 Usou da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos para agradecer a oportunidade
357 de dar essa explicação, embora nessa ocasião estivesse mais munido e por isso com
358 mais condições de a fazer. Para o efeito, gostaria de reconstituir os passos do processo
359 de atribuição da loja 8, começando por dizer que o munícipe em causa foi uma das
360 pessoas que concorreu à primeira hasta pública, na qual surgiram dois concorrentes,
361 sendo certo que nenhum desses dois concorrentes, incluindo esse munícipe,
362 compareceu no seu ato público. Nesse sentido, no próprio ato da hasta pública,
363 efetuamos uma comunicação telefónica aos dois concorrentes, para confirmar se iriam
364 ou não comparecer ao ato. Na verdade, ambos informaram que não lhes seria possível
365 comparecer ao ato público e nesse sentido convidámo-los a apresentar uma
366 justificação escrita pela não comparência, no prazo de três dias úteis, e apenas esse
367 munícipe apresentou a justificação. Foi então que a comissão de hasta pública reuniu
368 para a apreciar e, atendendo ao seu teor, entendeu que a mesma não seria válida, pois
369 os motivos apresentados eram perfeitamente previsíveis, pelo que, nessa
370 circunstância, o munícipe podia e devia ter-se feito representar no ato público.
371 Essa hasta pública ficou deserta e entramos na fase dos ajustes diretos em que
372 convidamos estes dois primeiros interessados a apresentar propostas, incluindo esse
373 munícipe, que apresentou uma proposta, assim como outros dois novos interessados.
374 A comissão de hasta pública reuniu e olhando às três propostas não encontrou um
375 critério que permitisse fazer a opção por uma em detrimento das outras. Entendeu,
376 por isso, que deveria abrir uma nova hasta pública, até porque essa seria a solução



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

377 mais justa e transparente. E assim fez.

378 Acontece que o munícipe em causa já não apresentou uma proposta para esta hasta
379 pública, apesar de ter sido disso informado e justificado com o seu descontentamento
380 relativamente à forma como o processo foi conduzido.

381 Na sua opinião, o munícipe não pode dizer que não foi informado da tramitação do
382 processo, desde logo porque sempre seguiu os seus trâmites, praticamente até ao fim.

383 Mais, o próprio Vereador José Nuno Santos respondeu pessoalmente a uma
384 comunicação escrita do munícipe e conversou telefonicamente com a sua advogada,
385 reiterando, inclusive, a informação de que estaria a decorrer uma hasta pública –
386 aquela que resultou na atribuição da loja.

387 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Figueiredo, dizendo que na sessão da
388 assembleia municipal o Senhor Hugo mencionou inclusive que enviou cartas,
389 correspondência registada para o Município e não recebeu qualquer tipo de resposta.
390 Ficou a ideia que o Senhor até estava empenhado e o Município é que não queria de
391 maneira nenhuma “dar a volta” ao assunto.

392 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos, dizendo que, como já referiu, ele
393 próprio respondeu a uma comunicação por email feita pelo munícipe, que lhe havia
394 sido dirigida a si.

395 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas, dizendo que, tal como disse a
396 Senhora Vereadora Ana Figueiredo, foram apresentados uma data de registos na
397 Assembleia Municipal, tendo passado a ideia de que houve uma insistência no
398 processo por parte do interessado e a câmara não esteve à altura. E o Senhor Vereador
399 acabou agora de esclarecer que isso aconteceu. O que me parece estranho é como é
400 que o Senhor Presidente se esquece do Sr. Vereador e do seu trabalho para, na
401 Assembleia, esclarecer o munícipe. Estando na posse dos esclarecimentos que
402 apresentou nesta reunião de câmara, estaria também preparado para isso na sessão
403 da Assembleia Municipal E o Senhor Presidente não só não dá resposta, como se
404 esquece de deixar o senhor vereador esclarecer o munícipe. Passando desta forma
405 para o exterior aquilo que passou - a inoperância dos serviços municipais.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

406 Usando novamente da palavra, interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para
407 dizer que esta intervenção deste município acaba por ser importante, também para
408 evidenciar, em sede de assembleia municipal, que existem interessados nas lojas do
409 mercado municipal. Ou seja, a narrativa do desinteresse dos empresários locais
410 relativamente ao mercado municipal, muitas vezes criada e defendida na Assembleia
411 Municipal, não corresponde à verdade.

412 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para questionar o seguinte.
413 Penso que seria importante que o regulamento tivesse de forma explícita o que é
414 considerado válido como justificação de não comparência. Lembrar que quando foi da
415 primeira hasta pública, nós questionámos qual era a situação, penso que em junho, foi
416 aqui dito que ainda não tinha havido uma resposta porque estava o Dr. Hélder Almeida
417 de férias, a comissão da hasta pública ainda não tinha reunido sobre a justificação da
418 ausência dos dois interessados. É evidente que as pessoas têm direito ao gozo de
419 férias, mas há determinados procedimentos que não podem esperar que as pessoas
420 voltem de férias e neste caso concreto não se pode deixar à livre consideração do júri
421 o que é considerado uma falta injustificada.

422 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que não pode ser, porque
423 nesse caso a hasta pública poderia ter que ser repetida até à exaustão. Por esse
424 motivo, uma justificação minimamente plausível teria que comportar uma
425 circunstância imprevisível e inadiável, para dar um exemplo um tanto ou quanto
426 extremo, um acidente de viação a caminho do ato público.

427 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que há
428 efectivamente uma lacuna em termos de regulamentação da hasta pública e depois a
429 decisão é ao livre arbítrio de quem faz parte da comissão. E isso não deveria ser feito
430 dessa forma, digo eu. Porque há uma questão que também gostava de ver esclarecida
431 pelo seguinte. O facto de ter havido três interessados no ajuste direto uma vez que a
432 primeira hasta pública ficou deserta, qual é expectativa de que no ajuste direto não
433 haja mais do que um concorrente, e que a decisão seja difícil ou não haja forma de
434 balizar as propostas por ajuste direto. Como é que considera fácil uma decisão por



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

435 ajuste direto? É haver apenas um concorrente? Para isso então vamos para a hasta
436 pública. Andamos aqui a perder tempo, a queimar etapas, voltamos para a hasta
437 pública porque chegámos à conclusão que tínhamos três concorrentes e não havia
438 forma de analisar e de no fundo diferenciar as várias propostas e classificar entre a
439 primeira, segunda e terceira. Se não há um mecanismo capaz de fazer isso por ajuste
440 direto, esta não é a melhor solução.

441 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que se surgisse, a título de
442 exemplo, uma proposta de implementação de um negócio que não fosse diferenciador
443 para o mercado ou que fosse concorrencial a outro lá existente, que isso lhes
444 permitiria excluir a proposta.

445 Naquela circunstância, sendo as três propostas diferentes e representando as três um
446 tipo de sector ou de negócio que não existia no mercado, não foi possível qualificar
447 nenhuma melhor que a outra.

448 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que havia um
449 critério diferenciador entre as propostas. Quando se faz uma proposta apresenta-se
450 um projeto do que pretende para aquele local, que tipo de negócio, mas também se
451 apresenta um valor, ou não?

452 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que no ajuste direto o direito
453 de utilização das lojas é adquirido pelo valor base e que não há lugar à apresentação
454 de propostas em carta fechada.

455 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que aquilo que as
456 diferencia é o projeto de negócio de cada uma delas, se é algo diferenciador face
457 aquilo que existe no mercado, ou outros aspectos que se possam valorizar mais em
458 comparação com outros concorrentes.

459 Disse o Senhor Vereador José Nuno Santos que a comissão da hasta pública é uma
460 comissão que procura dar resposta às necessidades de gestão do próprio mercado.
461 Assim sendo, pode decidir de forma discricionária e de acordo com aquilo que entende que
462 é melhor para o mercado.

463 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que entendo isso,



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 464 então nessas três propostas não haveria uma que se sobrepusesse às outras?
- 465 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que naquele entenderam
466 que não.
- 467 Perguntou a Senhora Vereadora Conceição Salvador se essa pessoa, o Senhor Hugo,
468 não compareceu á segunda hasta pública? A pessoa que acabou por ficar com a loja já
469 tinha ido á primeira hasta pública? Ou apenas ao ajuste direto?
- 470 Respondeu o Senhor Vereador José Nuno Santos dizendo que o interessa que acabou
471 por ficar com a loja, não foi à primeira hasta pública, mas foi ao ajuste direto.
- 472 Usou da palavra a Senhora Conceição Salvador, dizendo que a pessoa vai ao ajuste
473 direto, provavelmente tem uma proposta de negócio que é importante para o
474 mercado e que não é escolhido através daquele método, é depois escolhida através de
475 hasta pública porque é a única proposta, é isso?
- 476 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos dizendo que apenas uma pessoa
477 concorreu à segunda hasta pública.
- 478 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que acabamos por andar
479 com este processo desde junho, há meio ano. O Dr. José Nuno disse que respondeu,
480 mas foi à carta que o Senhor referiu que tinha um mês e três dias?
- 481 Usou da palavra o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que essa comunicação
482 já foi remetida para os serviços jurídicos porque para além de matéria de facto é
483 elencada matéria de direito pelo que a resposta não será dada por si.
- 484 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que em relação ao
485 mercado queria perguntar o seguinte. Nós tivemos na primeira hasta pública, a loja 8 e
486 25, sendo que a loja 25 não voltou a este processo.
- 487 Respondeu o Senhor Vereador José Nuno Santos, dizendo que a loja 25 novamente a
488 hasta pública no início do novo ano, assim como todas aquelas que ainda não se
489 encontram ocupadas.
- 490 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se em relação
491 ao espaço da restauração já há novidades ou não?
- 492 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que também será submetido



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

493 a nova hasta pública porque existem novas manifestações de interesse, realizadas
494 informalmente.

495 **EXPEDIENTE**

496 - - - - Não se analisou expediente na presente reunião.

497 **II – PERÍODO DE “ORDEM DO DIA”**

498 **4. DELIBERAÇÕES**

499 - - - - **4.1) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE 6.ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO**
500 **E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA PARA O ANO**

501 **DE 2022:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que esta
502 alteração orçamental é aquela que habitualmente é apresentada nesta altura do ano.
503 Está aqui praticamente tudo aquilo que foi feito, estando disponível para prestar os
504 esclarecimentos habituais. Quando refere execução superior a 100%, não pode haver
505 uma execução superior a 100% e por isso todas as rubricas que tiveram uma previsão
506 em baixa na altura da construção do orçamento têm que ser reforçadas para pelo
507 menos ficarem a 100%, referente à receita.

508 Quanto à transferência de competências, a anulação dos 350 mil euros, esclareço que
509 na altura da elaboração do orçamento não era possível dizer quando a transferência
510 da delegação de competências iria iniciar e tivemos por base na elaboração do
511 orçamento o ano civil completo e como se veio a verificar só iniciou em abril, daí
512 estarmos a anular esse valor.

513 No que respeita à rubrica programa Combate ao Abandono e Insucesso Escolar
514 estamos a retirar 200 mil euros porque o valor ainda não foi totalmente recebido,
515 valor referente à candidatura efetuada e aprovada. Ainda não recebemos valor algum,
516 contudo, contamos até ao final do ano receber os 120 mil euros, foi aquilo que nos foi
517 transmitido, o restante ficará para o ano de 2023.

518 Na rubrica “Outras”, é uma rubrica genérica, que estava dotada de um valor que não
519 foi totalmente necessário e retirámos o excedente.

520 Em termos da comparticipação do IHRU para já ainda não temos valor algum, é uma
521 candidatura e para a qual ainda não temos valor e por isso do valor previsto



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

522 inicialmente foi retirado 170 mil euros para não deixar a rubrica a zero, uma vez que
523 poderá ainda haver alguma resolução, mas para já ainda não recebemos valor algum.
524 Na requalificação do Teatro Cine também reforçamos os 245 mil euros porque
525 recebemos este valor da parte da candidatura.
526 No que respeita ao Centro Interpretativo Identidade Memória – Casa do Território
527 anulámos 190.000 euros porque ainda não recebemos nenhum valor da candidatura.
528 O mesmo que passa com a rubrica “Bairros Comerciais Digitais” continuamos na fase
529 da candidatura, ainda não veio valor algum.
530 No que diz respeito à despesa, quanto à rubrica do 1º Direito também anulámos uma
531 boa parte, é uma candidatura da qual ainda não veio praticamente valor algum, o
532 mesmo acontece na rubrica Centro Interpretativo da Identidade e Memória – Casa do
533 Território também estamos a anular praticamente tudo porque não temos qualquer
534 tipo de despesa.
535 Na rubrica da transferência de competências, pessoal em funções também estamos a
536 anular o valor de 115 mil euros também pelo mesmo motivo que referenciou na
537 receita. Como não sabíamos quando se concretizaria a transferência de competências
538 temos aqui um valor a mais que não foi necessário porque a transferência só se
539 efetivou em abril.
540 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, agradecendo a franqueza
541 da Senhora Vereadora Cláudia Martins em dizer que esta alteração que é a grande
542 alteração, apesar de ser a sexta. Pela primeira vez alguém diz aqui que ela é feita para
543 não se ficar com uma execução orçamental abaixo dos 85%. O ano passado não sei
544 precisar se na despesa ou não receita não se atingiu os 85 %, ficámos abaixo. Terá
545 havido um pedido de esclarecimento pela entidade que supervisiona quando não se
546 atinge os 85 %, o que é perfeitamente normal.
547 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que pode acontecer. Este
548 ano seria difícil não atingirmos, dado tudo o que se passou, aumento de custos,
549 aumento da inflação, e como podemos verificar, muitas rubricas tiveram que ser
550 reforçadas, ultrapassaram os valores inicialmente previstos na construção do



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

551 orçamento. No final do ano tivemos que colocar o orçamento tal e qual como ele foi
552 executado.

553 Usou da palavra mais uma vez a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que
554 agradece mais uma vez essa franqueza, porque ao longo de muito tempo foi aqui
555 negado em reunião de Executivo, que essa alteração visava determinada execução
556 orçamental.

557 Mais uma vez usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que é
558 essa a realidade. Se ela está feita há que demonstrá-la. O orçamento é uma estimativa
559 e no final do ano temos que colocar tudo efetivamente como se verificou.

560 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que há aqui rubricas para
561 as quais eu entendo perfeitamente que se façam ajustes. É impossível num orçamento
562 chegar-se ao fim do ano e não haver rubricas que têm que ser postas quase a zero se
563 não houve execução. Outras rubricas que provavelmente denotam o que já foi aqui
564 assumido pelo Dr. Pedro Patrício, que havia necessidade de, através daquela famosa
565 rubrica, “outras”, que o ano passado tinha 3 milhões 250 mil e que este ano teve
566 bastante menos, empolgar o orçamento para possibilitar a contratação de
567 empréstimos e para poder formalizar candidaturas. Continuo a não conseguir
568 compreender, realmente a constatação que nós temos que fazer, é que num
569 orçamento que tinha 22 milhões 230 mil euros nós estamos com esta alteração
570 orçamental de 3 milhões 493 mil euros a diminuir 15,7% do orçamento global do início
571 do ano.

572 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que houve várias candidaturas
573 que até a esta altura do ano ainda não recebemos valor algum. Como já falámos aqui.
574 Criámos a rubrica em orçamento, pois inicialmente na construção do orçamento
575 algumas não estavam previstas, mas estamos praticamente no final do ano e ainda não
576 recebemos os valores.

577 Interveio novamente a Senhora Vereadora Conceição Salvador, para dizer que aquilo
578 que nós podemos apreender é que com esta “martelada” que é dada no final do ano,
579 passamos a olhar para os orçamentos como algo que tem pouca fiabilidade. Os



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

580 orçamentos são aprovados na câmara e depois em assembleia municipal e depois
581 através de uma modificação que não tem que ser sujeita ao órgão deliberativo, é
582 completamente desvirtuado. No orçamento para 2023, as explicações que foram
583 dadas para o desaparecimento de muitos projetos que estavam orçamentados em
584 2022 e já anteriormente, foram a pandemia, a conjuntura internacional derivada da
585 guerra o período de transição entre quadros comunitários. Isto é, em 2023 não há
586 investimentos. Em relação a 2022 as justificações foram as mesmas.

587 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que tal como temos
588 vindo a referir, pelas justificações que temos vindo a dar. Porque nós não queríamos
589 abandonar nenhum projeto indicado em orçamento. Dado a tudo o que aconteceu,
590 porque é impossível prever o dia de amanhã, nem adivinhamos o que vai acontecer no
591 decorrer do ano. Fala-se que a inflação para o próximo ano vai baixar, esperamos que
592 assim seja, mas não há certezas de nada. Infelizmente tivemos que tomar estas
593 medidas. Mas se pergunta se foram medidas tomadas por gosto? Obviamente que
594 não. Porque se nós queremos avançar com projetos, mas em vez de fazermos duas
595 obras só podemos fazer uma, porque os preços dispararam e o dinheiro não estica.
596 Tudo o que implica gásóleo, parte metálica duplicou o preço. E nós tivemos que olhar
597 para os projetos que tínhamos e escolher os que avançariam, e os que infelizmente
598 para já não podem avançar. No ano passado não sabíamos o que ia acontecer este
599 ano, mas este ano dada a crise que está instalada não vamos colocar em orçamento,
600 por exemplo, o do Curral do Negro, o Estádio do Farvão, porque são obras de valor
601 avultado e sabemos que em 2023 dificilmente as conseguiremos concretizar. Nós,
602 melhor que ninguém sabemos as necessidades da obra e queremos muito as obras
603 feitas, é evidente que sim, mas este ano sabemos aquilo com que contamos, ao
604 contrário do ano passado. Estamos num período péssimo em termos económicos. No
605 ano passado projetámos várias obras, infelizmente chegámos ao ponto de dizer não
606 podíamos avançar, tivemos que optar, avançar com a A e deixar a B. A B vamos passá-
607 la para o ano seguinte. Dada a crise económica instalada sabemos perfeitamente que
608 as transferências do Estado não aumentam para o Município e o preço das obras não



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

609 diminuiu. Custou-nos imenso retirar o Estádio do Farvão, o Caminho do Azeveiro, o
610 Curral do Negro, obras que estavam previstas e as senhoras vereadores sabem melhor
611 que eu, claro que sim, mas como já referimos estas obras não são de centenas de
612 euros mas sim de milhares.

613 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que nós não estamos a
614 analisar processos de intenções ma sim a competência para executar.

615 Vamos então a questões mais práticas. Gostava de saber o que é a rubrica
616 “comparticipação para crianças” em que temos um reforço de 38 mil euros, bem
617 como o que engloba a rubrica “outras” reforçada com 471 mil 431 euros.

618 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que em relação à
619 rubrica “outras”, a mesma diz respeito, e não contávamos aquando da elaboração do
620 orçamento, recebemos uma parte da candidatura da APA e do ICNF. Não havendo
621 rubrica criada tivemos que colocar nesta “outras”, porque este ano não estávamos a
622 contar com nenhum valor.

623 Respondeu a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que se tivesse sido
624 criada a rubrica específica, como devia ter sido feito, este documento teria que ser
625 submetido a aprovação da assembleia municipal, obrigava a uma revisão orçamental.

626 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que esta rubrica já está
627 criada no novo orçamento para 2023. Uma vez que já estamos no final do ano, não há
628 necessidade de fazer uma revisão orçamental para isto.

629 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para perguntar o motivo da
630 anulação de 350 mil euros na rubrica seguinte “outras”.

631 Respondeu a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que esta é uma rubrica
632 genérica e cujo valor não foi todo necessário no decorrer do ano e como tal retirámo-
633 lo.

634 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que é mais uma das tais
635 rubricas que temos no orçamento, em que só uma delas apresentava 1 milhão e 900
636 mil euros e não sabemos a que se destina e depois logo se vê.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

637 Respondeu a Senhora Vereadora Cláudia Martins, para dizer que entende que as
638 Senhoras Vereadoras entendam dessa forma e se calhar se estivesse no vosso lugar e
639 não estivesse dentro disto diariamente provavelmente pensaria da mesma forma, só
640 que no orçamento de uma câmara, tal como no de uma empresa, há tantas
641 especificidades, tantas rubricas, que as rubricas genéricas “outras” têm sempre que
642 existir. De repente aparece uma receita qualquer que não se encaixa em nenhuma das
643 rubricas existentes e nós temos que ter algo onde encaixar esses valores. Não estamos
644 a praticar nenhuma ilegalidade. Tudo isto é visto pelo tribunal de contas.

645 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que entende isso.
646 Só não entendo é os valores tão elevados nessas rubricas.

647 Interveio a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que têm andado a fazer
648 formação uma vez que estamos num lugar contrário ao seu e portanto precisamos de
649 entender as coisas e daquilo que temos sentido é que efetivamente a rubrica “outras”
650 é importante, mas há valores como é o caso do orçamento de 2022 em a rubrica
651 “outras” atingiu um valor percentual no orçamento excessivamente elevado o que
652 desvirtua depois aquilo que é a execução do orçamento e é exatamente por esse
653 desvirtuar e que inclusivamente solicitamos informação e foi comentado nesse
654 sentido, permite que vocês vão ajustando sem passar pelo órgão deliberativo, vão
655 ajustando o orçamento á medida. E depois aquilo que aqui constatamos, realmente
656 houve reforço de muitas rubricas, mas houve também uma enorme anulação daquilo
657 que foram os projetos da câmara, e desculpe dizer-lhe Senhora Vereadora Cláudia que
658 este é seu início de carreira e trabalho no executivo camarário mas estes projetos para
659 mim que estive 8 anos na assembleia municipal e este é o meu primeiro mandato no
660 executivo é mais do mesmo. Tira e põe. Inclusivé alguns deles como acontece aqui com
661 o Caminho do Jancão, o Caminho das Regadas, do Curral do Negro, a situação inclusive
662 do museu do queijo em Vila Nova de Tazem, obra em relação à qual também gostaria
663 que me explicasse a situação, nem sequer vêm no próximo orçamento, ou seja, isto é
664 um tira e põe e à medida que o dinheiro vai dando ou não vai dando vamos ajustando.
665 Pelo que não é possível com este desvirtuamento do orçamento nós poderemos votar a



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

666 favor desta alteração. E é por isso mesmo que nós votamos contra. Porque aquilo que
667 chega ao final não é sequer aquilo que estava previsto no início e comparativamente
668 com aquilo que tem sido o apontar de projetos ao longo de vários anos hoje é um tira
669 e põe, um repete, um acontece não acontece. Sem inclusive, como nós dissemos no
670 orçamento de 2023 se definir uma orientação política do que se pretende para o nosso
671 concelho. É apenas um amontoado de projetos que à medida vai vindo ou não vai
672 vindo nós vamos executando ou não executando. Falta de ambição daquilo que é a
673 linha estrutural de desenvolvimento, o que faz com que andemos sempre a tapar
674 buracos.

675 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer como é que podemos
676 ter falta de ambição se nós temos até projetos a mais daqueles que conseguimos
677 concretizar. Não consigo perceber a vossa visão, até colocámos aqui projetos que
678 adoráramos ter iniciado e não conseguimos dar continuidade dado a tudo aquilo que
679 já falámos e não vou voltar a referenciar e ainda temos falta de ambição? Não consigo
680 perceber.

681 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que gostaria que me
682 explicasse a rubrica “Estabilização de Emergência após Incêndio” com um reforço de
683 47.676 euros a que é que isto se deve. No parque ecológico penso que terá a ver com
684 o atraso na execução. Na “Rede Ambiental – CIMSE” a anulação de 300 mil euros
685 estará relacionada com último ponto da ordem de trabalhos de hoje, ou seja, com a
686 justificação do abandono do projeto, ou pelo menos da empreitada, porque a
687 candidatura não foi aprovada. Gostava de perceber se as rubricas são dotadas mesmo
688 sem a candidatura estar aprovada?

689 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que em termos dessa
690 candidatura não tenho conhecimento para me pronunciar. Mas por exemplo na
691 rubrica “Bairros Comerciais Digitais”, temos aqui valores. Nós quando nos
692 candidatamos há um projeto e há uma candidatura em que sabemos de que valores
693 estamos a falar, temos que colocar esses valores na receita e consequentemente na
694 despesa. Se depois a candidatura cair, o valor tem que ser retirado.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

695 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que neste caso será o
696 mesmo que vai acontecer nas rubricas “Casa do Território” e “Bairros Comerciais
697 Digitais”. Na rubrica “Investimentos Municipais” estamos a anular 1.349.900 euros,
698 gostaria de saber o que é este valor tão elevado e também mais uma rubrica “outras”
699 com uma anulação de 879.000 euros.

700 Respondeu a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que os 879.000 euros que
701 estão aqui a ser anulados estão relacionados com a rubrica onde consta o valor do
702 empréstimo. Tivemos que utilizar o empréstimo uma vez desconhecíamos o
703 orçamento do Estado para o ano de 2022, e corríamos graves riscos do empréstimo
704 que fizemos de 1 milhão 850 mil euros na altura e que agora já foi utilizada uma boa
705 parte e por isso só está a ser anulado este valor, não poder vir a ser utilizado. Já tinha
706 decorrido a fase do empréstimo, da negociação com os bancos, da apresentação em
707 câmara e assembleia municipal e no tribunal de contas. Uma vez que desconhecíamos
708 completamente o orçamento dado a situação que aconteceu no ano passado, o
709 mesmo foi só aprovado em meados deste ano, corríamos sérios riscos de não poder
710 utilizar este dinheiro, A forma de isso não acontecer era utilizá-lo e por isso ele foi
711 utilizado.

712 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que então o valor
713 sai destas rubricas à medida que se vão concretizando os projetos. Gostaria também
714 de perceber na rubrica “Percurso Pedonais Inclusivos Centro Urb. GVA” a obra está
715 concluída, o que aconteceu para estarmos a anular os 190 mil euros.

716 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que isto é a candidatura que
717 não se veio a concretizar, a candidatura caiu.

718 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando porque é que
719 a candidatura caiu? Gostaria também de saber a justificação para a anulação de 40 mil
720 euros. Relativamente á rubrica “Cobertura de prejuízos empresas integr. Associações”
721 se tem a ver com a APDSE.

722 Usou da Palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que a rubrica
723 2022/128 está relacionada com a transferência de competências.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

724 Interveio o Senhor Vice Presidente para dizer que a comparticipação relativa à CAF,
725 recebemos mais do que aquilo que estava orçamentado porque havia valores em
726 atraso e que recebemos agora, ainda relativos ao ano letivo 2020/2021.

727 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que também
728 gostaria de saber na rubrica “Atribuição de apoio às freguesias” com uma diminuição
729 de 83.000 euros o que significa. Foi referido numa reunião de câmara anterior que no
730 orçamento para 2023 o valor destinado às freguesias era mais baixo porque a intenção
731 do executivo era pagar às juntas de freguesia aquilo que estava em atraso dos
732 contratos anteriores.

733 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins inicialmente tínhamos dotado
734 esta rubrica com 338.000 euros comparativamente a este ano que temos 280 mil
735 euros no orçamento. Só que não vamos conseguir pagar toda a dívida em atraso,
736 estamos a pagar as dívidas antigas, como foi acordado com o Eng.º Mendes, ter os
737 relatórios finais para pagar tudo o que for possível até ao final do ano. Mas não vai ser
738 pago a totalidade. No ano passado foram utilizados 180.000 euros para as
739 candidaturas dos contratos programa das freguesias. Há dois anos só foram 150 mil
740 euros, houve algumas freguesias que não se candidataram e nós temos dotados 280
741 mil para 2023, porque há sempre algum valor que está em dívida de obras de outros
742 anos e tem que passar para o ano seguinte. Queremos pagar o máximo este ano, mas
743 sabemos perfeitamente que não vai ser tudo pago, por atraso nosso, por atraso das
744 juntas. Daí estarmos a anular este valor.

745 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que no princípio do
746 ano gostaríamos de ter acesso a um mapa onde se encontrem discriminados os
747 valores em dívida por freguesia e a que ano dizem respeito. Porque 5 mil euros para a
748 câmara não é muito mas para as juntas de freguesia com o orçamento diminuto que
749 têm é significativo.

750 Nesta alteração também estão a anular na rubrica “estudos e projetos diversos” o
751 valor de 90 mil euros, gostávamos de saber quais os projetos, estudos que estavam
752 aqui previstos e que não foram concretizados.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

753 Em relação á rubrica “Caminho das Regadas” a obra está concluída e verifica-se uma
754 diminuição de 20 mil euros, foi orçamentado a mais? Também a rubrica “Arruamento
755 e Vias Rodoviárias” com uma anulação de 95 mil euros e a rubrica “Pagamento de
756 Acordos” onde também estamos a retirar 87 mil euros, a que acordos se referem?

757 Em relação á rubrica “Museu do Queijo em Vila Nova de Tazem” o protocolo celebrado
758 previa que transferíssemos para a Junta de Freguesia de Vila Nova de Tazem 25 mil
759 euros em fevereiro de 2022, março de 2022, abril de 2022, maio de 2022 e outubro de
760 2022, portanto os 100 mil ficariam totalmente utilizados, estamos a anular 25 mil
761 euros pelo que gostaria de saber o motivo desta anulação.

762 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que o motivo desta
763 anulação se deve infelizmente, ao facto dos preços atuais no mercado já não é possível
764 a sua concretização, significando isso que neste momento estão a analisar a forma de
765 dar continuidade ao projeto. Mas o preço da obra duplicou. Reunimos com a junta de
766 freguesia e ao termos conhecimento deste facto avisámos que mais nenhuma
767 transferência se iria efetuar. O projeto continua a ser um objetivo da junta e é para
768 avançar, mas até sabermos como e quando não haverá mais nenhuma transferência
769 por parte do Município, foram transferidos 75 mil euros, não sendo executada a
770 transferência relativa a outubro.

771 Devidamente autorizada usou da palavra a Senhor Chefe de Divisão de Finanças,
772 Património e Aprovisionamento Dra. Paula Mendes para prestar os seguintes
773 esclarecimentos. Na rubrica “Estabilização de Emergência após Incêndio” tínhamos um
774 valor de mil euros e, entretanto, reforçamos com 47.676 euros, pois quando da
775 elaboração do orçamento para 2023 não foi indicado, pelos serviços, que ainda estava
776 em dívida um valor para esta rubrica.

777 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que isto terá a ver
778 com os incêndios ocorridos em 2017 ou não?

779 Interveio a Senhora Chefe de Divisão para dizer que não tem a certeza. O Município
780 costuma receber todos os anos um valor para Estabilização após incêndios, mas não
781 tenho referência a que ano diz respeito o valor recebido, podendo ser questionado o



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

782 Eng.º Hugo Teixeira, responsável por estas candidaturas, para saber qual o ano a que
783 diz respeito. Relativamente á anulação de 300 mil euros na rubrica “Rede Ambiental –
784 CIMBSE”, diz respeito ao não recebimento do valor, mas principalmente à não
785 aprovação de uma das duas candidaturas, previstas nesta rubrica. Estavam previstas a
786 "Intervenção de Valorização, Animação e Divulgação da Rede Ambiental –
787 Reconstrução da Casa de Abrigo da Rota do Rio Mondego" e a “Intervenção de
788 Valorização, Animação e Divulgação da Rede Ambiental - Requalificação do Centro de
789 Educação Ambiental nos Viveiros Florestais de Folgosinho”, mas só foi aprovada a
790 primeira

791 No que concerne à rubrica “Estudos e Projetos Diversos” anulámos 90 mil euros
792 porque havia alguns projetos que estavam previstos e não chegaram a avançar os
793 procedimentos, por exemplo o projeto do 1.º Direito. Na rubrica “Caminho de Acesso
794 às Regadas” anulámos os 20 mil euros porque pensa que a empreitada está terminada,
795 podendo no entanto, eventualmente haver revisão de preços, mas já só no próximo
796 ano.

797 Na rubrica “Pagamento de Acordos” verifica-se uma anulação de 87 mil euros, uma vez
798 que, no orçamento inicial, estava previsto o pagamento do acordo com o Município de
799 Seia, que não se efetivou no valor inicialmente previsto, uma vez que este apenas foi
800 assinado no corrente mês. Ficou apenas previsto o pagamento, no corrente ano, de
801 cerca de 14 mil euros, correspondendo à primeira prestação. Ficando o restante valor,
802 do acordo, repartido pelos anos de 2023 e 2024, com 90.000,00 euros, cada.

803 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que relativamente
804 à rubrica “Programa Combate ao Abandono e Insucesso Escolar” o Senhor Vice
805 Presidente disse em tempos, aqui em reunião de câmara, que o tempo tinha sido
806 escasso e não poderíamos executar a totalidade do valor da candidatura. Gostaria de
807 ver esclarecido onde é que isso se reflete aqui nesta alteração orçamental. Se é do
808 lado da despesa das GOP’S onde temos esta anulação dos 45 mil euros, se é só isto e
809 se o valor da candidatura fica perdido na parte não executada.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

810 Usou novamente da palavra a Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e
811 Aprovisionamento Dra. Paula Mendes, dizendo que na parte da despesa, não foram
812 executados os 45 mil que estamos a anular. No caso da receita, apenas consigo dizer
813 que no corrente ano não recebemos qualquer participação. Sei que o Dr. Hélder
814 Almeida, responsável por esta candidatura, procedeu ao envio de todos os
815 documentos de despesa executada, mas não sei dizer se este valor estaria previsto ou
816 não.

817 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins informando que questionou o
818 senhor Chefe de divisão Hélder Almeida o qual terá dito que esta receita virá no
819 próximo ano. Sai do orçamento deste ano para ir para o orçamento do próximo ano.
820 No próximo ano não existe praticamente despesa, só receita.

821 Perguntou a Senhora Vereadora Conceição Salvador, se o valor que não foi executado
822 é dinheiro perdido da candidatura?

823 Interveio o Senhor Vice-Presidente, dizendo que algum dele será.

824 Usou da palavra Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e
825 Aprovisionamento para dizer que também não foi, porque na parte do insucesso
826 escolar engloba algum valor de vencimentos de pessoal afeto, porque se vão por na
827 candidatura vencimento este não bate aqui, mas sim noutra despesa.

828 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando a que concerne a
829 anulação de 350 mil euros na receita da Rubrica “outras”.

830 Respondeu a Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e Aprovisionamento,
831 Dra. Paula Mendes, dizendo que foram executadas outras rubricas de “Outras”, mas
832 nessa específica não houve qualquer entrada de receita.

833 Usou novamente da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para perguntar
834 se esta rubrica “outras” destinava-se exatamente a quê? A que tipo de despesas?

835 Respondeu a Senhora Chefe de Divisão Dra. Paula Mendes, dizendo que seriam verbas
836 para possíveis candidaturas, mas relativas a transferências correntes, que não foram
837 submetidas e/ou aprovadas, logo não executadas.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

838 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntado relativamente à
839 rubrica “outras” onde se verifica uma anulação de 879 mil euros, a que diz respeito?

840 Usou da palavra a Senhora Chefe de Divisão de Finanças, Património e
841 Aprovisionamento para dizer que esta rubrica “Outras” corresponde a outras receitas
842 de capital, que foi dotada inicialmente com mais de 3 milhões e que fomos usando,
843 durante o ano, para dotar outras rubricas da receita.

844 Discutido o assunto, delibera a Câmara, por maioria, com três votos a favor por parte
845 do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e três
846 votos contra por parte das Senhoras Vereadoras eleitas pelo PS e, em minuta, de
847 modo a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º
848 75/2013, de 12 de setembro, tendo o Senhor Vice Presidente exercido o voto de
849 qualidade, ao abrigo do n.º 2 do art.º 54.º do citado diploma legal, aprovar a **6.ª**
850 **ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DA CÂMARA**
851 **MUNICIPAL DE GOUVEIA DO ANO DE 2022**, nos termos da alínea d), do n.º 1, do art.º
852 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/20213, de 12 de setembro, de acordo com os
853 documentos que se anexam à presente Ata e dela ficam a fazer parte integrante.

854 - - - - **4.2) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE EMPRÉSTIMO**
855 **DE MÉDIO E LONGO PRAZO DA APDSE – ÁGUAS PÚBLICAS DA SERRA DA ESTRELA:-**

856 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas, perguntando em relação a este
857 empréstimo gostaria de saber qual é neste momento a capacidade de endividamento
858 do Município de Gouveia e se este empréstimo pesa na capacidade de endividamento
859 da Câmara?

860 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que deste empréstimo cabe
861 ao Município 33,3 % do total.

862 Perguntou novamente a Senhora Vereadora Ana Freitas solicitando informação sobre
863 qual o valor de endividamento no momento do Município de Gouveia após este
864 empréstimo.

865 Respondeu a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que neste momento não lhe
866 pode responder, mas posteriormente lhe prestará essa informação.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

867 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que sempre que
868 vem um empréstimo a reunião de câmara o mesmo é acompanhado do mapa com o
869 cálculo da capacidade de endividamento. Se este afeta de igual modo a capacidade de
870 endividamento do município. Nós só conseguimos analisar a proposta sabendo qual é
871 a margem existente para o novo endividamento.

872 Interveio a Senhora Vereadora Cláudia Martins para dizer que, este não é um
873 empréstimo diretamente do Município. Este é um empréstimo da APDSE. A ideia é
874 obviamente, a APDSE pagar e não a câmara. Se afeta ou não a nossa capacidade de
875 endividamento, informaremos posteriormente. O objetivo é a APDSE ter capacidade
876 de gestão e honrar os compromissos e pagar. Agora dizer quanto isto afeta a
877 capacidade financeira do Município, tenho que analisar e depois enviarei resposta.

878 Interveio a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que, isto vai-nos por em dúvida
879 sobre a intenção de voto da proposta em causa, porque não sabemos neste momento
880 a capacidade de endividamento da Câmara Municipal.

881 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, que relativamente a este
882 empréstimo, questionou o Dr. Luís Miguel Mendes da APDSE, sobre o porquê deste
883 valor de empréstimo e ele esclareceu que o POSEUR comparticipa 3 milhões 190 mil, o
884 restante, que são este um milhão e novecentos mil é a empresa que tem que suportar.

885 Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para dizer que este empréstimo destina-se
886 às seguintes obras no concelho de Gouveia: Águas Residuais em Vinhó, Águas
887 Residuais em Vila Nova de Tazem, Águas Residuais em Paços da Serra, Águas Residuais
888 em Ribamondego e Águas Residuais em São Paio.

889 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que gostava só e no
890 seguimento do que disse o Dr. Luís Miguel Mendes, quando diz que este empréstimo
891 vem a reunião com o sentido de ser um conforto para a APDSE. A verdade é que na
892 proposta faz-se referência aos estatutos onde refere: “no artigo 36 “estipulado que a
893 APDSE empréstimos de curto, médio e longo prazo “e depois acrescenta que “Sempre
894 que estas operações possam afetar os endividamentos dos municípios carece de
895 autorização da Câmara Municipal”.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

896 Seria importante que se confirmasse se é ou não obrigatória a aprovação da Câmara.
897 Inclusive no texto diz que mesmo os de curto prazo, ao contrário do que o Senhor Dr
898 Luís Mendes diz, que também carecem de autorização do município desde que afetem
899 os limites de endividamento. É importante que as propostas sejam rigorosas e não
900 digam qualquer coisa.

901 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas para dizer que é exatamente por
902 estes motivos que as Senhoras Vereadoras do Partido Socialista votarão contra esta
903 proposta. Dizendo que querem receber a declaração da capacidade de endividamento,
904 bem como listagem, das obras a serem executadas pela APdSE no concelho de
905 Gouveia.

906 **Considerando que:**

907 - A aprovação da Proposta de Constituição da Empresa Intermunicipal de Águas,
908 Saneamento e Outros Serviços entre os Municípios de Seia, Oliveira do Hospital e
909 Gouveia na Sessão da Assembleia Municipal Ordinária, em 25 de fevereiro de 2019;

910 - A formalização da constituição da Empresa Intermunicipal “Águas Públicas Serra da
911 Estrela, E.I.M. S.A” (APdSE), em 31 de julho de 2020;

912 - Em reunião do Conselho de Administração da APdSE, ocorrida em 13 de outubro de
913 2022, foi aprovado a abertura de concurso de empréstimo de Médio/Longo Prazo no
914 montante de 1.900.000,00 €, no intuito de financiar a componente nacional das obras
915 do POSEUR;

916 - De acordo com o relatório final do júri do concurso, datado de 25 de outubro de
917 2022, a proposta mais vantajosa foi a apresentada pelo Millennium BCP, com as
918 seguintes condições:

919 - Montante 1.900.000,00 €

920 - Prazo – 10 anos

921 - Taxa a aplicar – Euro 3 meses acrescido de Spread de 1%

922 - Prestações trimestrais;

923 - O Conselho de Administração da APdSE, na sua reunião de 27 de outubro de 2022,
924 procedeu à adjudicação definitiva da referida proposta e decidiu encaminhar para



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

925 aprovação na Assembleia Geral da APdSE, bem como para as Câmaras Municipais
926 associadas;

927 - Em anexo à escritura de constituição da APdSE, constam os Estatutos da Sociedade e
928 que, nos mesmos, no art.º 36, está estipulado que a APdSE pode contrair empréstimos
929 de curto, médio e longo prazo. Sempre que estas operações possam afetar os limites
930 de endividamento dos Municípios, carece de autorização da respetiva Câmara
931 Municipal.

932 Delibera a Câmara, por maioria, com três votos a favor por parte do Senhor Vice-
933 Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e três votos contra por
934 parte das Senhoras Vereadoras eleitas pelo PS e, em minuta, de modo a produzir
935 efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
936 setembro, tendo o Senhor Vice Presidente exercido o voto de qualidade, ao abrigo do
937 n.º 2 do art.º 54.º do citado diploma legal, **autorizar a contratação de Empréstimo de**
938 **Médio/Longo Prazo pela APdSE no sentido de financiar a componente nacional das**
939 **obras do POSEUR.**

940 - - - **4.3) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE COBERTURA DO RESULTADO**
941 **LÍQUIDO NEGATIVO DA APDSE:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição
942 Salvador, para dizer que para si o que não está explícito é que o resultado das contas
943 de 2020 também já foi negativo em 125 mil 122 euros. Penso que não fomos
944 chamados a pronunciarmo-nos sobre cobertura do resultado negativo nesse ano.

945 Interveio o Senhor Vice-Presidente para dizer que tal como diz na proposta, os
946 resultados estão consideravelmente melhores do que aquilo que estava previsto no
947 contrato de gestão delegada.

948 Usou da palavra a Senhora Vereadora Cláudia Martins, dizendo que qualquer empresa
949 no início de atividade nos primeiros anos tem normalmente prejuízo.

950 Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente para dizer que, também segundo aquilo que
951 é expectável para 2022 em termos de resultado da empresa, é que no final de 2022 o
952 resultado do exercício seja positivo. Tudo se encaminha para que tal aconteça.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

953 A Senhora Vereadora Cláudia Martins e, em relação a este ponto, colocou em chamada
954 telefónica o Senhor Dr. Luis Miguel Mendes da APDSE, para prestar esclarecimentos.

955 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando sobre a proposta de
956 cobertura de prejuízos que inclui um quadro com os valores do capital inicial de cada
957 um dos três acionistas e o valor dessas participações em 2021. Gostava de perceber
958 como se justifica esta valorização do capital de 2 milhões e 050 mil em 2020 para 2
959 milhões e 774 mil em 2021 que estão aqui agora reportados como sendo o valor de
960 cada participação.

961 Usou da palavra o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes dizendo que essa valorização
962 decorre daquilo que falei anteriormente no valor de capital próprio no valor de mais
963 de 2 milhões dos fundos comunitários que são registados em património na conta de
964 capital próprio e no ano passado em final do ano nós fizemos exatamente isso. Em 30
965 de junho de 2021 não estava isso refletido, mas no final do ano fizemos isso. Que é o
966 tal valor de subsídios que nós iremos receber. Que contabilisticamente é registado em
967 capital próprio, ou seja, há um acréscimo das participações dos municípios que
968 inicialmente entraram com 2 milhões em capital, em espécie e 50 mil euros em
969 numerário para estes 2 milhões 774 mil que resulta dessa valorização. Que a empresa
970 ficou a “valer mais” devido a esses subsídios do POSEUR.

971 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que são as variações do
972 capital próprio que se fazem aqui refletir?

973 Respondeu o Senhor Dr. Luís Miguel Mendes afirmativamente.

974 Considerando que:

975 - No Relatório de Contas das Águas Públicas da Serra da Estrela EIM, SA aprovado no
976 passado dia 23 de maio apresenta um Resultado Líquido de Exercício negativo de
977 €278.223,07;

978 - O desempenho da APdSE, apesar de negativo e traduzido no resultado de (-
979 278.223,07€) foi consideravelmente melhor que os (-740.376,56€) previstos no
980 Contrato de Gestão Delegada, originando uma redução de (462.153,49 €) face ao



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

981 previsto, traduzindo-se num impacto menos considerável nas contas dos Municípios
982 acionistas;
983 - Findo este exercício de 2021 o valor da participação de cada um dos acionistas
984 valorizou, cifrando-se agora em 2.774.387,01 €

Acionista	Valor 2020	Valor 2021
Município de Seia	2 050 000,00	2 774 387,013
Município de Oliveira do Hospital	2 050 000,00	2 774 387,013
Município de Gouveia	2 050 000,00	2 774 387,013
Total APdSE	6 150 000,00	8 323 161,04

985 - Nos termos da Lei 50/2012, estabelece no art.º 40 que, caso o resultado líquido antes
986 de impostos se apresentar negativo, é obrigatória a realização de uma transferência
987 financeira a cargo dos acionistas, na proporção da respetiva participação social, com
988 vista a equilibrar os resultados do exercício em causa;

989 - Que o Município de Gouveia é acionista na proporção de 33,33% do capital social, é
990 responsável por assumir na mesma percentagem o prejuízo;

991 Delibera a Câmara, por maioria, com três votos a favor por parte do Senhor Vice-
992 Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e três votos contra por
993 parte das Senhoras Vereadoras eleitas pelo PS e, em minuta, de modo a produzir
994 efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de
995 setembro, tendo o Senhor Vice Presidente exercido o voto de qualidade, ao abrigo do
996 n.º 2 do art.º 54.º do citado diploma legal, **a transferência para as Águas Públicas da**
997 **Serra da Estrela EIM, SA, do montante global de €92.741,02, destinado a cobrir o**
998 **resultado líquido negativo de €278.223,07.**

999 Informação de cabimento e compromisso:

1000 Esta despesa tem cabimento na rubrica 02040102 – Projeto 2022/9 – orçamento 2023

1001 - - - - **4.4) RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DE ABERTURA DO CONCURSO PÚBLICO PARA**
1002 **AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO PARA O RESERVATÓRIO MUNICIPAL ATÉ**
1003 **150.000 LITROS OU ATÉ QUE SEJA ATINJIDO O VALOR CONTRATUAL ENVOLVENDO**
1004 **OS ANOS DE 2023 E 2024:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador,
1005 dizendo que não encontrou a proposta do ano passado, apenas encontrou a proposta
1006 que veio em 2019 para o ano de 2020, mas não encontrou de 2020 e 2021. Mas terá



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1007 havida uma em 2022 ou antes. Como o concurso é feito com duas vertentes, valor ou
1008 litros, pode eventualmente ter existido a última contratação não em 2022 mas até ter
1009 sido antecipado por subida do preço de combustível e atingiu-se mais rápido o valor
1010 limite do que o valor dos litros. Mas terá que ter havido uma contratação.

1011 Interveio o Senhor Vice-Presidente respondendo afirmativamente.

1012 Interveio novamente a Senhora Vereadora Conceição Salvador, solicitando então o
1013 envio da respetiva informação para sabermos quando foi a última contratação para
1014 além da de 2019, porque deverá ter havido uma neste espaço temporal.

1015 No que diz respeito à cláusula 5 e à cláusula 7 fala em prazos de entrega. Numa das
1016 cláusulas fala em 48 horas após a câmara pedir o fornecimento. Na cláusula 7 fala em
1017 72 horas. Numa outra cláusula que é a 13 refere aqui que o preço de cada
1018 abastecimento que a empresa entregue, que podem faturar não pode ser superior ao
1019 preço que é praticado em qualquer bomba do concelho. Gostaria de saber se este
1020 controlo é feito, isto é, se antes do abastecimento existe esse contacto junto das
1021 gasolinhas do concelho a perguntar qual o preço que estão a praticar para o dia em
1022 causa, para depois controlar se a fatura não vem acima desse preço.

1023 Interveio o Senhor Vice-presidente dizendo que há esse controle, mas não é necessário
1024 fazer o telefonema para as gasolinhas. Penso que há uma forma de se chegar essa
1025 informação sem necessidade desse contacto.

1026 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos
1027 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
1028 proceder à **Ratificação do Despacho do Senhor Presidente**, ao abrigo do n.º 3 do
1029 artigo 35º do citado diploma legal, que **autorizou a abertura de procedimento por**
1030 **Concurso Público para a “AQUISIÇÃO DE GASÓLEO RODOVIÁRIO PARA O**
1031 **RESERVATÓRIO MUNICIPAL ATÉ 150.000 LITROS OU ATÉ QUE SEJA ATINJIDO O**
1032 **VALOR CONTRATUAL ENVOLVENDO OS ANOS DE 2023 E 2024”** e que a seguir se
1033 reproduz:

1034

DESPACHO DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1035 *Tendo em conta a informação prestada pelo Chefe de Divisão Eng.º António Manuel*
1036 *Monteiro Mendes, relativa ao procedimento por Concurso Público para a “Aquisição de*
1037 *Gasóleo Rodoviário para o Reservatório Municipal, até 150.000 litros ou até que seja*
1038 *atingido o valor contratual, envolvendo os anos de 2023 e 2024” determino a*
1039 *abertura do presente procedimento, de acordo com o n.º 1 do artigo 36.º do Código*
1040 *dos Contratos Públicos, bem como, a aprovação, nos termos do n.º 2 do artigo 40.º do*
1041 *CCP, das peças do procedimento por Concurso Público, exigidas na alínea c) n.º 1 do*
1042 *artigo 40.º do CCP – o anúncio, o programa do procedimento e Caderno de Encargos;*
1043 *Para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 67.º do CCP, designo os seguintes elementos*
1044 *para constituírem o Júri do presente procedimento para procederem à avaliação das*
1045 *propostas:*

Função	Identificação	Carreira/Cargo
<i>Presidente</i>	<i>Dr. Jorge Abrantes Cardoso Ferreira</i>	<i>Vereador Permanente da Câmara Municipal de Gouveia</i>
<i>Vogal/Substituto</i>	<i>Dra. Ana Cláudia Bonifácio Machado Martins</i>	<i>Vereadora Permanente da Câmara Municipal de Gouveia</i>
<i>1.º Vogal</i>	<i>Eng.º António Manuel Monteiro Mendes</i>	<i>Chefe de Divisão da Câmara Municipal de Gouveia</i>
<i>2.º Vogal</i>	<i>António Manuel Abreu Mendes</i>	<i>Assistente Operacional da Câmara Municipal de Gouveia</i>
<i>Vogal/ Substituto</i>	<i>Maria Helena Neutel de Sousa</i>	<i>Assistente Operacional da Câmara Municipal de Gouveia</i>

1046 *E para cumprimento do n.º 1 do artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos*
1047 *designo a Assistente Operacional D Maria Helena Neutel de Sousa, gestora do contrato*
1048 *do presente procedimento.*

1049 *A imediata produção de efeitos pretendida com o presente despacho fundamenta-se*
1050 *em razões de urgência na tramitação do presente procedimento, tendo por base a*
1051 *obrigatória condição de cumprimento dos prazos e procedimentos regulamentares já*
1052 *por si penalizantes do fator urgência, e o facto de ser igualmente desajustado desse*
1053 *objetivo o hiato temporal até à próxima reunião do executivo, pelo que, deverá este*



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1054 documento ser objeto de ratificação na próxima reunião de Câmara Municipal, nos
1055 termos do n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

1056 Gouveia, 16 de dezembro de 2022.

1057 O Presidente da Câmara Municipal,

1058 Luís Manuel Tadeu Marques, Dr.”

1059 - - - - **4.5) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ISENÇÃO TOTAL DO**
1060 **PAGAMENTO DE TAXAS RELATIVAS AO MERCADO MUNICIPAL ATÉ 30 DE JUNHO DE**

1061 **2023:-** Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que no ano
1062 passado quando foi proposta a isenção para o ano inteiro disseram que durante esse
1063 período iriam fazer a reavaliação patrimonial e durante esse período iriam rever o
1064 regulamento e o estudo económico para as taxas de utilização. Pelo exposto
1065 gostaríamos de saber se isso já está em andamento o estudo económico para definir as
1066 taxas de utilização quer o próprio regulamento do mercado. A isenção foi concedida de
1067 forma a que durante este período de tempo isso fosse feito.

1068 Interveio o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que o esqueleto do
1069 regulamento está desenhado, embora este ano de funcionamento do mercado tenha
1070 sido importante para se aperceberem de novas realidades que vão surgindo e
1071 precisam de lá ser reguladas.

1072 Posto isto, considerando as atribuições do município no âmbito da promoção do
1073 desenvolvimento local (alínea m), de gestão de equipamentos rurais e urbanos (alínea
1074 a), de defesa do consumidor (alínea L) e no domínio do património, cultura e ciência
1075 (alínea e) na salvaguarda dos interesses próprios das populações todas do n.º 1 e do nº
1076 2 do art. 23 do anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro na sua redação atual;

1077 ▪ Considerando as competências materiais da autarquia de promover e apoiar o
1078 desenvolvimento de atividades relacionada com a atividade económica de
1079 interesse municipal (alínea ff), de proceder à aquisição e locação de bens e
1080 serviços (alínea dd), de fixar os preços das prestações de serviços ao público
1081 (alínea e), de construir e gerir instalações e serviços integrados no património



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

- 1082 do município (alínea ee) previstas no n.º 1 anexo I da Lei nº 75/2013 de 12 de
1083 setembro na sua redação atual;
- 1084 ▪ Considerando que a gestão e o exercício dos poderes de direção, administração
1085 e fiscalização dos mercados municipais cabe aos municípios de acordo com
1086 art.º 71 do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro (Regime jurídico de acesso
1087 e exercício de atividades de comércio, serviços e restauração);
 - 1088 ▪ Considerando que a requalificação do Mercado Municipal de Gouveia
1089 consubstanciou a melhoria das condições físicas do imóvel, adequação às
1090 atuais exigências legais e qualitativas de funcionamento de atividades
1091 comerciais a retalho e atividades de prestação de serviços com consequente
1092 refuncionalização e acréscimo de áreas comerciais;
 - 1093 ▪ Considerando a natureza do Mercado Municipal e as funções de abastecimento
1094 das populações e de escoamento da pequena produção agrícola através da
1095 realização de atividades de comércio a retalho e atividades complementares de
1096 prestação de serviços ao abrigo do nº 3 do art. 67 do Decreto-Lei n.º 10/2015
1097 de 16 de janeiro (Regime jurídico de acesso e exercício de atividades de
1098 comércio, serviços e restauração)
 - 1099 ▪ Considerando a conjuntura económica, a efetividade de promover a atração de
1100 novos comerciantes e potenciais investidores e a operacionalização de um
1101 novo modelo de gestão no Mercado Municipal de Gouveia;
 - 1102 ▪ Considerando a implementação de um novo regulamento de funcionamento do
1103 Mercado Municipal de Gouveia e a execução do estudo económico-financeiro
1104 justificativo para criação das novas taxas de utilização das frações comerciais
1105 do mercado municipal ao abrigo da n.º 1 e do n.º 2 do art. 8 da Lei n.º 53-
1106 E/2006 de 29 de dezembro na sua versão atual;
- 1107 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos
1108 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
1109 a **isenção total do pagamento de taxas relativas ao Mercado Municipal até 30 de**
1110 **junho de 2023**, previstas no art.º 29º do Anexo II do Regulamento Municipal de Taxas,



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1111 Tarifas e Outras Receitas do Município de Gouveia, ao abrigo das alíneas b) e e) do n.º
1112 4º do art.º 10.º do Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Outras Receitas do
1113 Município de Gouveia.

1114 - - - **4.6) DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO ÀS**
1115 **COLETIVIDADES PRESENTES NO CANTAR DAS JANEIRAS 2023:-** Interveio o Senhor
1116 Vereador José Nuno Santos, referindo que este ano o modelo do Cantar das Janeiras
1117 vai ser diferente do dos anos anteriores, vai acontecer em dois dias, no dia 6 e 7 de
1118 janeiro, no Mercado Municipal.

1119 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se foi
1120 intencional esta divisão por dois dias, e se tem a ver com o número expectável de
1121 coletividades e de público.

1122 Respondeu o Senhor Vereador José Nuno Santos para dizer que tem que ver com o
1123 espaço disponível no mercado municipal, que é bastante menor que o do Teatro Cine.
1124 E que acaba por ser uma forma de dinamizar o próprio Mercado Municipal por dois
1125 dias.

1126 Considerando que:

- 1127 • O Cantar das Janeiras é uma manifestação etnográfica centenária e com larga
1128 tradição na cultura popular do Concelho de Gouveia, que encerra as
1129 festividades Natalícias;
- 1130 • O Cantar das Janeiras é uma produção organizada pelo Município de Gouveia,
1131 com larga participação das coletividades do Concelho;
- 1132 • O Cantar das Janeiras é um momento de interação cultural entre coletividades
1133 e público gouveense;
- 1134 • A realização do Cantar das Janeiras 2023, nos dias 6 de Janeiro e 07 de janeiro
1135 no Mercado Municipal de Gouveia.

1136 Delibera a Câmara, por unanimidade e, em minuta, de modo a produzir efeitos
1137 imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro,
1138 a **atribuição de subsídio no valor de 90,00€ (noventa euros) às coletividades**
1139 **participantes no “Cantar das Janeiras 2023”,** enquadrado pelas alíneas o) e u) do nº 1



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1140 do art.º 33 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a validar nominalmente através da
1141 listagem de participação no evento.

1142 Informação de cabimento e compromisso:

1143 Esta despesa tem cabimento na rubrica 02040701 – Projeto 2022/65 – orçamento
1144 2023

1145 - - - - **4.7) RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA**
1146 **DE REVOGAÇÃO POR ACORDO DO CONTRATO DE EMPREITADA “INTERVENÇÃO DE**
1147 **VALORIZAÇÃO, ANIMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DA REDE AMBIENTAL – REQUALIFICAÇÃO**
1148 **DO CENTRO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS VIVEIROS”**. Usou da palavra a Senhora
1149 Vereadora Ana Freitas, perguntando o que de facto se passou para ser revogado este
1150 contrato de empreitada.

1151 Respondeu o Senhor Vice-presidente para dizer que, se bem se recorda, esta questão
1152 já foi respondida pelo Eng.º Hugo Teixeira.

1153 Usou da palavra a Senhora Vereadora Ana Freitas dizendo que a Requalificação da
1154 Casa do Sumo do Mondego foi suspensa e este projeto foi agora revogado. Foi
1155 colocada uma expectativa grande nesta empreitada.

1156 Interveio o Senhor Vice-presidente, dizendo que não havia disponibilidade financeira
1157 de comparticipação razão determinante para ditar a impossibilidade de prossecução
1158 da respetiva empreitada apenas com recurso ao orçamento municipal. A candidatura
1159 não foi aprovada e só com dinheiro da Câmara não é exequível. Temos tido várias
1160 candidaturas aprovadas, mas depois não há dotação orçamental. Como aconteceu
1161 com o FAMI na questão dos refugiados.

1162 Devidamente autorizado usou da palavra, via telefone, o Senhor Eng.º Hugo Teixeira,
1163 Coordenador Municipal de Proteção Civil, dizendo que o Senhor Rui da Eufrazia,
1164 juntamente com a Dra Paula Camelo, encontram-se a acompanhar esta candidatura. A
1165 candidatura foi aprovada pela CCDRC, mas sem dotação orçamental.

1166 Usou da palavra o Senhor Vice-presidente, perguntando se haverá alguma
1167 possibilidade de, futuramente, isto ser revertido ou não? Vir a ter dotação
1168 orçamental?



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1169 Respondeu o Senhor Eng^o Hugo Teixeira, dizendo que pensa que sim, que poderá
1170 voltar atrás, no sentido de haver dotação orçamental para a candidatura. É possível,
1171 mas será muito difícil.

1172 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador, dizendo que a minha dúvida tem a
1173 ver com o seguinte. É normal partir-se para a empreitada, para a contratação da
1174 empreitada sem haver garantia da dotação orçamental para a candidatura? Já
1175 aconteceu?

1176 Usou novamente da palavra o Senhor Vice Presidente para dizer que já aconteceu
1177 noutras situações. Às vezes a expectativa que temos é de que a candidatura seja
1178 aprovada e devido à urgência de avançar com a obra, se avance e depois se corra esse
1179 risco.

1180 Interveio a Senhora Vereadora Conceição Salvador para dizer que, aqui foi acordado
1181 por ambas as partes que não haveria ressarcimento. Também se levanta uma questão,
1182 que é preciso salvaguardar. Porque esta empreitada, para além da reposição da casa
1183 que ardeu com os incêndios de 2017, também previa a reposição de vedações com
1184 montantes significativos. Sabendo nós que no orçamento participativo foi feita a
1185 recuperação das estufas, se o espaço não ficar devidamente vedado ou de alguma
1186 forma a zona das estufas não ficar protegida corremos o risco de tudo aquilo que lá foi
1187 gasto, cerca de 30 mil euros do orçamento participativo, ser vandalizado. É bom que
1188 pelo menos salvaguardemos aquele investimento que lá foi feito que não seja perdido
1189 desta vez não pelos incêndios mas por falta de dotação da candidatura.

1190 Discutido o assunto, delibera a Câmara, por maioria, com três votos a favor por parte
1191 do Senhor Vice-Presidente e dos Senhores Vereadores eleitos pelo PPD/PSD e três
1192 abstenções por parte das Senhoras Vereadoras eleitas pelo PS e, em minuta, de modo
1193 a produzir efeitos imediatos, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013,
1194 de 12 de Setembro e ao abrigo do n.º 3 do artigo 35º do citado diploma legal, proceder
1195 à **Ratificação do Ato praticado pelo Senhor Presidente da Câmara de Revogação por**
1196 **Acordo do Contrato de Empreitada “INTERVENÇÃO DE VALORIZAÇÃO, ANIMAÇÃO E**
1197 **DIVULGAÇÃO DA REDE AMBIENTAL – REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO**



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1198 **AMBIENTAL NOS VIVEIROS”,** que se anexa à presente Ata e dela fica a fazer parte
1199 integrante.

1200 **6. RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**

1201 - - - - Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria número **244**, referente ao dia vinte
1202 e três de dezembro, pelo qual se verifica a existência dos seguintes saldos: **Em**
1203 **Operações Orçamentais** – Dois milhões, duzentos e noventa e seis mil, quatrocentos e
1204 noventa e oito euros e treze cêntimos **(€2.296.498,13)**. **Em Operações Não**
1205 **Orçamentais** – Quatrocentos e nove mil, quatrocentos e trinta e quatro euros e
1206 dezanove cêntimos **(€409.434,19)**.

1207 - - - - Nos termos da legislação em vigor, ratificou a Câmara a realização de despesas a
1208 que se referem as requisições números **2519** ao **2613**, bem como os pagamentos no
1209 montante de oitocentos e oitenta e oito mil, trezentos e vinte euros e trinta e cinco
1210 cêntimos **(€888.320,35)** a que se referem as Ordens de Pagamento números, 5060,
1211 5061, 5065, 5071, 5203 a 5209/1 a 5209/8, 5210, 5211, 5212/1 a 5212/10, 5213/1,
1212 5214/1, 5215/1 a 5215/9, 5216 a 5420.

1213 **III. PERÍODO DE “INTERVENÇÃO DO PÚBLICO”**

1214 - - - - **1) João Paulo Mendes Agra, de Gouveia:-** Dirigiu-se a reunião de Câmara para
1215 abordar o seguinte assunto:

1216 Informa que se desloca e intervém nesta reunião de câmara na qualidade de morador
1217 e proprietário do prédio urbano sito no lote 2, 3º, na Urbanização Santa Cruz,
1218 referindo algumas questões.

1219 Recentemente a câmara municipal licenciou uma obra ao proprietário de um prédio
1220 urbano, no número 10 da Rua de Santa Cruz, estando aqui a falar especificamente das
1221 licenças números 65 e 66 de 2022.

1222 No passado dia 16 de dezembro tive a oportunidade de solicitar ao Senhor Presidente
1223 da Câmara que revogasse a decisão tomada de licenciamento através de comunicação
1224 enviada para o seu e-mail do Senhor Presidente quer para o e-mail institucional. Na
1225 exposição que tive a oportunidade de fazer elenquei uma série de motivos pelo que
1226 seria da maior utilidade, digo eu, não está cá o Senhor Presidente, no entanto penso



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1227 que a mensagem pode ser transmitida. Que eu desse a conhecer ao restante executivo
1228 da Câmara Municipal o teor dessa mesma carta.

1229 Recorda que a competência de licenciamento de obras é obviamente uma
1230 competência da câmara municipal que foi delegada no senhor Presidente
1231 independentemente, não sei se é o caso ou não, ter sido subdelegada ou não. pelo
1232 que, compete a todo o executivo essa decisão. Mesmo que a deliberação seja tomada
1233 a abrigo dessa delegação de competências como sabem essa decisão responsabiliza e é
1234 tomada em nome de todo o executivo camarário. Mas também o executivo camarário
1235 pode avocar, reapreciar ou anular decisões tomadas ao abrigo da delegação de
1236 competências, o que no seu entender deve fazer porquanto:

1237 a) apesar da sua comunicação, os trabalhos deram início no dia 18 de dezembro
1238 de 2022;

1239 b) o referido anteriormente foi feito com o conhecimento da câmara municipal,
1240 logo no primeiro dia;

1241 c) durante a semana anterior ocorreram todos os problemas e mais algum,
1242 provocando danos para o Lote 2, tanto materiais como infelizmente morais,
1243 salientando aqui a autêntica devassa da propriedade privada que ocorreu
1244 naquele local;

1245 d) a acção ordinária 49/199 promovida pelos representantes do prédio situado no
1246 número 10 da Rua de Santa Cruz contra a Forma Joaquim Albuquerque Saraiva
1247 & Filhos, Lda, a propósito da construção do lote 2 da urbanização Santa Cruz foi
1248 dado como provado que entre a fachada do prédio da ré, e a referida fracção D
1249 o espaço variava entre 1,63 e 1,70 metros, não permitindo o acesso de carros
1250 de bombeiros em caso de incêndio ou outra catástrofe. O terreno em causa
1251 não é pertença do titular dos alvarás de construção. Nessa acção é claramente
1252 dito e provado pelo juiz, que este terreno não pertencia ao lote número 10 da
1253 Rua de Santa Cruz.

1254 e) esta decisão foi tomada em 3 de abril de 2000 quando ambos os prédios já
1255 estavam habitados.



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1256 f) é para este espaço, a título de exemplo e para ver o ridículo da situação, é de
1257 uma área inferior á área do carro do Senhor Presidente da Câmara que foram
1258 emitidas as referidas licenças. Ou seja, as licenças foram emitidas para uma
1259 propriedade que não pertence ao titular do alvará.

1260 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente perguntando, o que é que se está
1261 efetivamente a construir naquele espaço.

1262 Interveio o Senhor João Paulo Agra dizendo que aquele espaço deviam ser uns terraços
1263 e que agora estarão a fazer uma arrecadação ou várias arrecadações. Tive esse
1264 conhecimento prático.

1265 Disse o Senhor Vice Presidente que pelo que percebe esse referido terreno nem é
1266 propriedade do Lote 10.

1267 Usou da palavra o Senhor João Paulo Agra, dizendo que efectivamente não é
1268 propriedade do lote 10, ou seja, foi emitida licença pela câmara para construção de um
1269 terreno que nem sequer é pertença do titular do alvará.

1270 Perante isto questiono e apelo para que haja uma decisão de anulação da licença
1271 emitida, que a câmara municipal assuma a sua responsabilidade pela reparação de
1272 todos os danos que foram causados pela emissão indevida da licença e uma rápida
1273 resolução do processo atendendo ás condições atmosféricas adversas que se
1274 verificam.

1275 Só para terem uma ideia, na terça-feira em que os trabalhos foram interrompidos
1276 estava previsto para Gouveia uma pluviosidade superior a 30 ml, isto dito assim não é
1277 nada, mas se disser que para um buraco de 10 m2, isto corresponde a 350 litros de
1278 água que se infiltrou, e acrescento eu, veio prejudicar o único ponto de saída que é
1279 precisamente a cave do nosso prédio, isso representa muito, e penso que representa
1280 aqui que não se pode continuar a prolongar no tempo.

1281 Usou da palavra o Senhor Vice Presidente para dizer que a comunicação que o Senhor
1282 João Paulo Agra fez chegar à Câmara foi no dia 15 de dezembro. Hoje os técnicos do
1283 Município não se encontram ao serviço, uma vez que tiveram tolerância. Mas pode
1284 dizer que irá falar com os técnicos, ver qual o ponto de situação e posteriormente lhe



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1285 fará chegar a resposta. Colocar as informações que o Senhor João Paulo nos fez chegar
1286 aqui e rapidamente lhe faremos chegar resposta sobre este assunto.

1287 Usou da palavra o Senhor João Paulo Agra para explicitar apenas um ponto relativo ao
1288 que o traz aqui hoje. Acabou agora mesmo de vir do tribunal e consultou o processo a
1289 que faz referência, ou seja, o processo 49/1997, e que quer a exposição feita pelo
1290 autor quer a decisão do juiz é inequívoca. Portanto o trabalho que eu fiz entre as nove
1291 e as dez horas antes do início desta reunião também pode ser feito sem grande
1292 problema. Apelo uma vez mais, estamos num momento complicado. As obras foram
1293 agora iniciadas, aquilo que não era buraco nenhum, passou de um buraco de 10 para
1294 um de 18 m², porque entretanto foi feita a demolição do espaço existente. São 18 m²
1295 que estão a descoberto, e implica uma tomada de decisão que não pode demorar
1296 muito mais tempo. Da minha parte tudo farei para que não leva muito mais tempo.

1297 Usou da palavra a Senhora Vereadora Conceição Salvador, perguntando se a referida
1298 construção se encontra ao nível do rés-do-chão.

1299 Interveio o Senhor João Paulo Agra, dizendo que as fracções em causa, a cave que está
1300 neste momento a ser intervencionada é precisamente isso. Uma cave que está num
1301 nível bastante inferior, bastante inferior, daquilo que é o seu nível de estacionamento.
1302 Foi posto inclusive a descoberto as fundações do próprio edifício que convenhamos
1303 não é nenhuma dor para ninguém, para mim também não é, independentemente de
1304 opinião técnica de quem quer que seja, ninguém fica confortado por ver as fundações,
1305 o lintal de fundação.

1306 Interveio o Senhor Vice Presidente perguntando qual a finalidade de construção dessas
1307 licenças números 65 e 66.

1308 Usou da palavra o Senhor João Paulo Agra dizendo, que presume que ao emitir as
1309 licenças a câmara obviamente reconheceu a propriedade do titular do alvará.

1310 Interveio o Senhor Vice Presidente para dizer que a sentença do Juiz refere que não é
1311 efetivamente o titular.

1312 Usou novamente da palavra o Senhor João Paulo Agra para dizer que a decisão diz que
1313 não é o titular. Diz que há ali um espaço que é reclamado pelos proprietários como



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1314 referiu que nem sequer lá passa o carro dos bombeiros. Na altura, os proprietários do
1315 número 10 nem lá passava um carro dos bombeiros, agora com a arrecadação penso
1316 que será ainda um bocadito mais difícil, mas independentemente disso, a relação deles
1317 era que o espaço era exíguo, que pertencia a eles.

1318 Acrescentou ainda que irá tomar a liberdade para mandar fotografias das obras em
1319 causa para os mails que conseguir encontrar. No entanto estamos a falar num espaço
1320 muito exíguo e que é uma simples expansão de um terraço existente no outro prédio.
1321 Estamos a falar visivelmente de um buraco existente entre estes dois prédios.
1322 Pretendendo a pessoa em causa preencher esse espaço com uma arrecadação para
1323 seu uso. Esse espaço foi tapado com uma cobertura, não é visível a olho nu. O acesso a
1324 essa arrecadação será feito pelo interior da habitação. Era um terraço e que estava
1325 licenciado como tal. Pedi a Cópia do registo predial e vem lá a dizer que é uma
1326 habitação e um terraço. O construtor do edifício foi o mesmo construtor do Lote 2,
1327 estamos a falar da mesma empresa, a Joaquim Albuquerque Saraiva e Filhos Lda, o
1328 terraço foi construído, a acção é de 1997, a mesma faz referência ao terraço o que
1329 quer dizer que o mesmo foi construído em data anterior. Foi para lá residir em 1998 pelo
1330 que não presenciei a construção do terraço. O terraço foi todo demolido e agora está
1331 um espaço amplo, total.

1332 Interveio o Senhor Vice Presidente, dizendo que vai falar com os técnicos e depois lhe
1333 irá ser dada uma resposta. Caso seja necessário telefonaremos ao Senhor João Paulo e
1334 lhe pediremos para vir ao Município caso se revele necessário para se analisar o que
1335 poderá ser feito em relação à resolução deste assunto.

1336 Usou da palavra o Senhor João Paulo Agra, dizendo que fica receptivo, peço que
1337 tenham em atenção este elemento que trago hoje aqui. Os serviços técnicos visitaram
1338 o local na segunda-feira, quer o chefe de divisão, quer o responsável pelas obras
1339 particulares, estiveram no local. A senhora vereadora Cláudia Martins transmitiu a
1340 informação que estes tinham estado no local, acreditando que aos olhos dos técnicos
1341 não esteja em causa a segurança do próprio edifício que é aquilo que nos preocupou
1342 em primeiro lugar, presumo que isso não estará em causa. Trata-se aqui de perceber



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1343 se a questão da propriedade esta definitivamente resolvida nesta decisão judicial.
1344 O Senhor Vice Presidente interveio, dizendo que soube da ida ao local dos técnicos na
1345 passada segunda-feira e tal como disse anteriormente vamos analisar o assunto e
1346 depois faremos chegar a decisão tomada.
1347 - - - Não havendo mais assuntos a tratar, pelo Senhor Vice Presidente foi declarada
1348 encerrada a reunião, pelas treze horas, da qual para constar se lavrou a presente ata,
1349 nos termos do n.º 1, do Art.º 57.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a qual será
1350 submetida à aprovação do Órgão Executivo, nos termos do n.º 2, do mesmo artigo,
1351 sendo assinada, após aprovação, pelo Senhor Vice Presidente da Câmara, pelos
1352 Senhores Vereadores e por quem a lavrou.

1353

1354

A Assistente Técnica

1355

1356

1357

1358

A Câmara Municipal

1359

1360

1361

1362

1363

1364

1365

1366

1367

1368

1369

1370

1371



CÂMARA MUNICIPAL DE GOUVEIA

1372

1373

1374

1375

1376

1377